

MEMÓRIA – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL)

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ – COMUGESAN (BIÊNIO 2025-2027)

Santo André, 09 de junho de 2026

PARTICIPANTES

Poder Público:

- Valdemar Campião Junior – representante titular da Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas;
- Eriane Justo Luiz Savóia – secretária executiva e representante titular do Departamento de Gestão Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Simone Fernandes Valadares da Silva – representante titular do Departamento de Resíduos Sólidos do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Carla Freitas Affonso – representante titular da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Priscila Viana Higa Trevisan – representante suplente da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Luiz Carlos Franco da Silva – representante titular da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Laura Machado Leite – representante suplente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Santo André;

- Rodrigo Romão – representante suplente da Gerência de Controle Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Paloma Alvarez Alonso – representante titular da Coordenadoria de Comunicação Social do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Cintia Aparecida Rossati Xavier – representante suplente do Departamento de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Santo André;
- Lilian Chinez Moreno – representante suplente da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André;
- Natalia de Amorim Soares – representante suplente da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Santo André.

Sociedade Civil:

- Ana Maria Delgado de Souza Mascaro – representante titular da Associação Comercial e Industrial de Santo André;
- Tânia Magali Santos – representante titular dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- José Armando Rocha – representante titular dos Moradores do Parque Andreense;
- Miguel Malta Magro – representante titular dos Moradores da Macrozona Urbana;
- Daniela Bergamini – representante suplente dos Moradores de Paranapiacaba;
- Magali Aparecida dos Santos – representante titular do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região;
- Glaucia Bueno Quirino – representante suplente da Ordem dos Advogados do Brasil 38ª Subseção;
- Guilherme Solci Madeira – representante titular do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo;

Convidados:

- Elaine Colin – SEMASA/SMAMC;
- Karla Sanches – C MPU;
- Andréa O. C. Jesus – SEMASA/SMAMC;
- Reinaldo Bascchera – C MPU;
- Alexandre Calegaro – Defesa Civil Santo André;
- Susi Elena – SMAMC;
- Glen – SIO;
- Giulia Lucheta;
- Sérgio Paulo Marques – DMAV/SMSU;
- Marcondes;
- Lourdes – SMAMC.

PAUTA

- I. Audiência Pública On-line (COMUGESAN e C MPU) – Política Municipal sobre Mudança do Clima.

ABERTURA

- A reunião iniciou-se às 18h45, em segunda chamada, com o quórum necessário para a instalação dos trabalhos.
- Eriane Justo Luiz Savóia (DGA/SMAMC) informou que o objetivo da presente reunião consiste em recolher contribuições gerais, tanto do COMUGESAN quanto do Conselho Municipal de Política Urbana (C MPU), acerca da minuta de lei que versa sobre a Política Municipal sobre Mudança do Clima. Comentou que presidirá a reunião, tendo em vista que o Secretário Edinilson Ferreira dos Santos (SMAMC/PMSA) não poderá comparecer ao evento, e que o Vice-Presidente Claudio Augusto da Costa Menezes (SEESP) delegou a condução de todos os trabalhos à Secretaria Executiva.
- Passou a palavra para a convidada Karla Sanches, representante do C MPU.
- Karla (Convidada/C MPU) agradeceu o convite encaminhado ao C MPU, destacando que o planejamento urbano não pode prescindir de diretrizes climáticas para a gestão territorial da cidade de Santo André. Acrescentou que o colegiado permanecerá à disposição para

acompanhar e aprimorar em conjunto com o COMUGESAN as bases da Política Municipal sobre Mudança do Clima.

- Encerrada a abertura, passou-se à pauta.

PAUTA ÚNICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA ON-LINE (COMUGESAN E CMPU) – POLÍTICA MUNICIPAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

- Eriane (DGA/SMAMC) convidou a Gerente Elaine Colin, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Prefeitura Municipal de Santo André, para a exposição da matéria e posterior organização da etapa participativa.
- Elaine (Convidada) agradeceu à Presidência e à Secretaria Executiva de ambos os conselhos pela contribuição e disponibilidade para construir, de modo dialógico, a Política Municipal sobre Mudança do Clima.
- Iniciou a apresentação.



POLÍTICA MUNICIPAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL (COMUGESAN E CMPU)

09.06.2026

semasa
MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**PREFEITURA DE
SANTO
ANDRÉ**

POR QUE ESTAMOS AQUI?

Objetivos da audiência:

- Apresentar a proposta da Política Municipal sobre Mudança do Clima Andreense.
- Ouvir contribuições dos participantes
- Aperfeiçoar a minuta antes de seu envio ao Legislativo.



Mapa Jardim Carla - Contribuições à Política Climática

Fonte: Semasa



PROGRAMAÇÃO

- 18H30 - Abertura institucional
- 18h40 - Contextualização do processo e apresentação da Política
- 19H20 - Falas dos participantes inscritos (até 2 minutos por participante inscrito)
- 20H15 - Comentários Poder público
- 20H30/20h40 - Encerramento

ORIENTAÇÕES GERAIS

Registro de presença

O link para registro de presença está disponível no chat.

Inscrições para fala

As manifestações serão organizadas por eixo temático da Política Climática.

Como se inscrever

Os participantes que desejarem se manifestar deverão informar, no chat, seu nome e o eixo temático sobre o qual desejam contribuir, APÓS LIBERAÇÃO.

Tempo de fala

Cada participante inscrito terá até 2 minutos para sua manifestação.

Avaliação da audiência

Ao final do encontro, será disponibilizado no chat um link para avaliação.

Importante!

As contribuições recebidas serão analisadas pela equipe técnica para subsidiar a consolidação da versão final da minuta.

POR QUE UMA POLÍTICA CLIMÁTICA MUNICIPAL?

- Ocorrência de **eventos extremos** cada vez mais frequentes.
- **Impactos diversos**;
- O **município é onde os impactos acontecem** e onde as respostas precisam ocorrer.



Deslizamento de terra no bairro Cidade São Jorge e área de inundação no Jardim Bom Pastor.

Fonte: Defesa Civil - Santo André

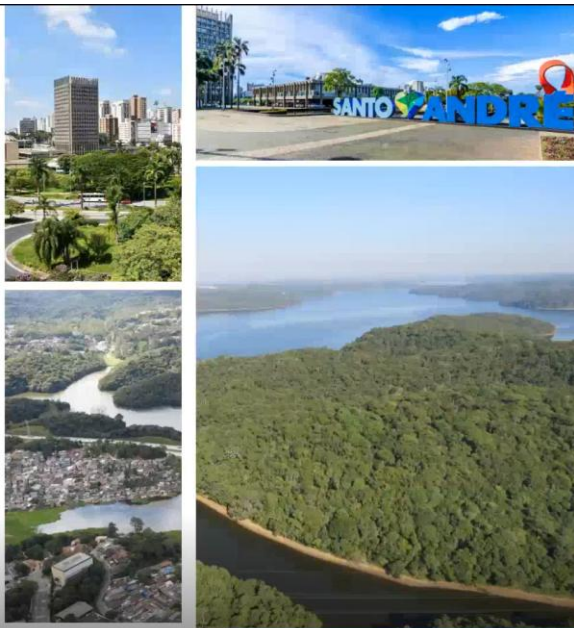
POR QUE UMA POLÍTICA CLIMÁTICA MUNICIPAL?

- Ocorrência de **eventos extremos** cada vez mais frequentes.
- Impactos diversos;
- O **município é onde os impactos acontecem** e onde as respostas precisam ocorrer.



Deslizamento de terra no bairro Cidade São Jorge e
área de inundação no Jardim Bom Pastor.
Fonte: Defesa Civil - Santo André

COMO A MINUTA DESTA POLÍTICA FOI CONSTRUÍDA?





COMITÊ TÉCNICO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS



- Decreto 18.437/2025
- coordenar, planejar e elaborar a Política Municipal sobre Mudança do Clima.

ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA SOBRE MUDANÇA DO CLIMA DE SANTO ANDRÉ



1

MOBILIZAÇÃO E ALINHAMENTO INSTITUCIONAL

- ✓ Conferência de Meio Ambiente (2024)
- ✓ Conferência das Cidades (2025)
- ✓ Imersão técnica e articulação intersecretarial

2

ELABORAÇÃO TÉCNICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

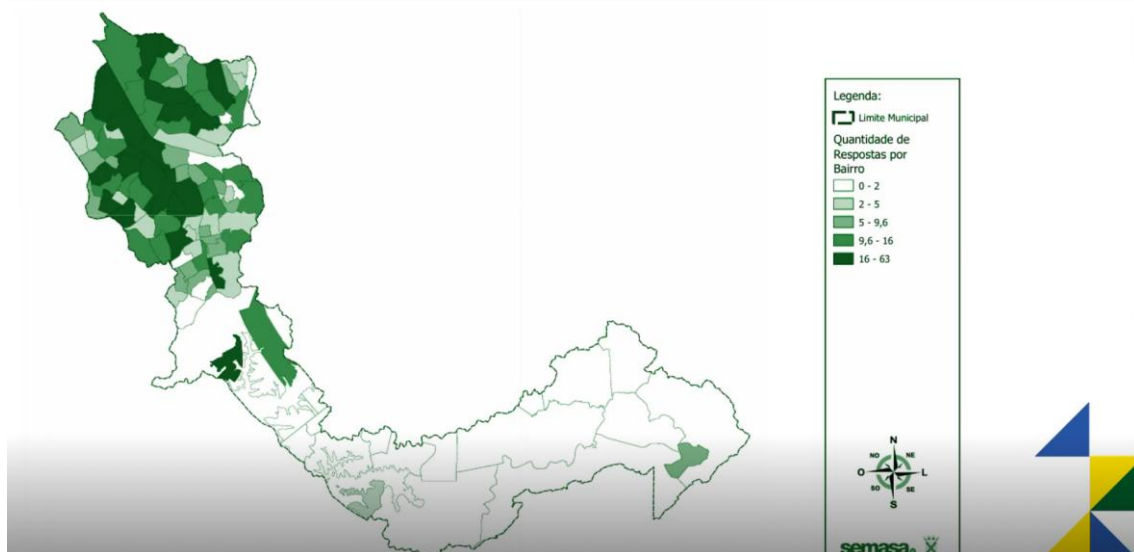
- ✓ Consulta pública online
- ✓ Reuniões Técnicas
- ✓ Oficinas territoriais e escuta da população
- Audiências públicas e consulta pública final**

3

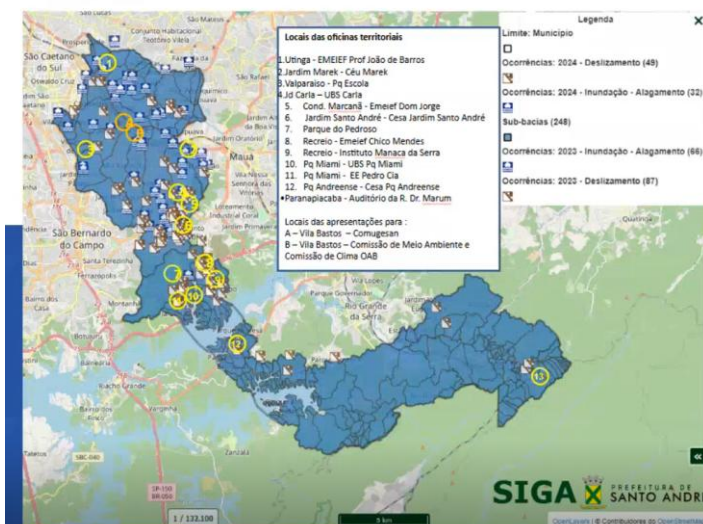
CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL E ENCAMINHAMENTO LEGAL

- Consolidação das contribuições
- Finalização da minuta do Projeto de Lei
- Análise jurídica e validação institucional
- Encaminhamento ao Legislativo
- Promulgação

Consulta pública on-line - especialização das contribuições no território andreense



OFICINAS TERRITORIAIS - participação social e escuta dos territórios



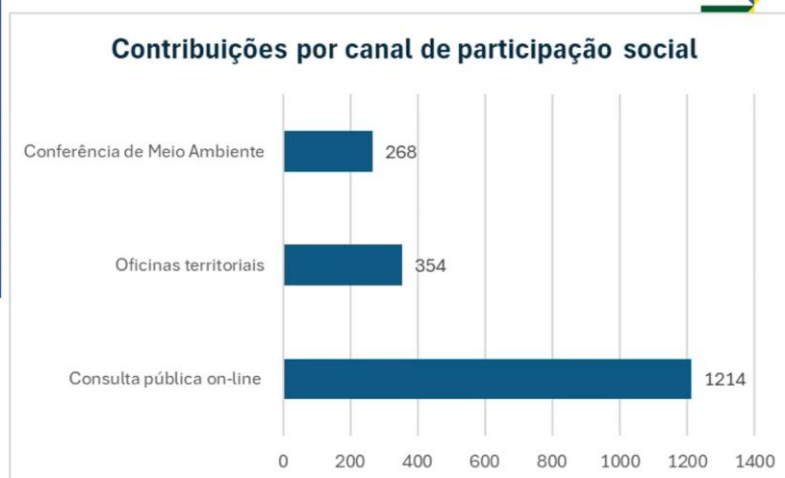
- Oficinas informativas, formativas e escuta
- Escuta da população sobre problemas e soluções nos territórios
- 19 oficinas com participação de adultos, jovens e crianças
- Metodologia adaptada a cada público
- Abordagem baseada em comunicação pública
- Contribuições incorporadas ao diagnóstico e à proposta da política

Participação Social na construção da PMMC em números

Total de contribuições: 1.836 contribuições.

10 reuniões técnicas

19 oficinas territoriais



OFICINAS TERRITORIAIS – o que escutamos?



EMEIEF João de Barros - Utinga (EJA)

EMEIEF Parque Andreense



- “Quando chove forte, a rua vira um rio.”
- “A gente tem medo das árvores caírem.”
- “Aqui é muito mais quente que antes.”
- “No parque é mais fresco, dá para respirar.”
- “Precisamos de mais árvores e menos lixo.”
- “a Política deve ir além dos princípios e abordar questões concretas.”
- “Criar mais locais de proteção”

OFICINAS TERRITORIAIS – o que escutamos?

Soluções

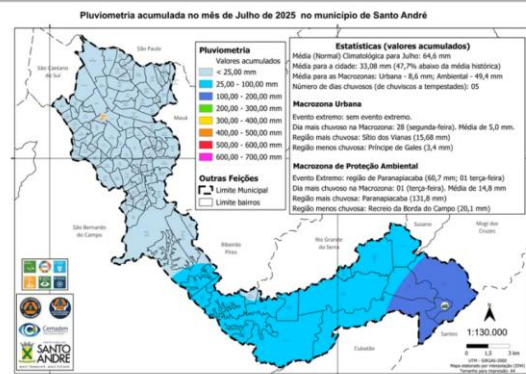


Oficina aberta - Jd. Marek

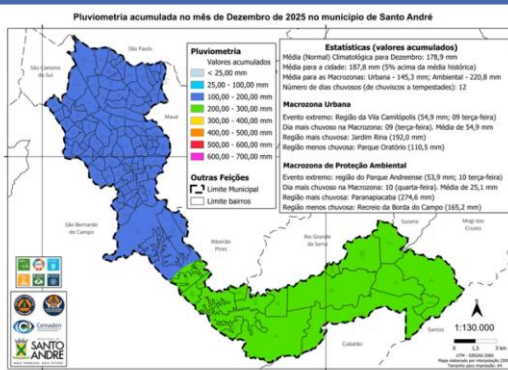
- Arborização urbana
- Limpeza de rios e represa
- Melhor gestão de resíduos e ecopontos
- Educação ambiental
- Fiscalização de descarte irregular
- Moradia segura para quem está em área de risco
- Melhoria no sistema de drenagem
- Ciclovias e mobilidade
- Pontos de água potável
- Preservação da vegetação

Análise das contribuições x minuta PMMC

Contribuição da oficina	Já existe em Santo André?	Está contemplado na lei?	Observações
Ampliar fiscalização e multar (descarte irregular, entulho)	Sim (canais Colab, SEMASA, 156)	Parcialmente (Art. 5º)	Já existem canais de comunicação com esta finalidade.
Intensificar educação ambiental	Sim (Lei 9.738/2015)	Sim (Art. 72 a 76)	Já está integrado.
Criar mais ecopontos nas comunidades / periferias	Sim (programa em expansão)	Não mencionado	O município já atua de forma <u>continuada</u> na ampliação dos Ecopontos.
Hortas comunitárias	Em algumas unidades	Sim (Art. 38, III; Art. 66)	Já contemplado como SbN.

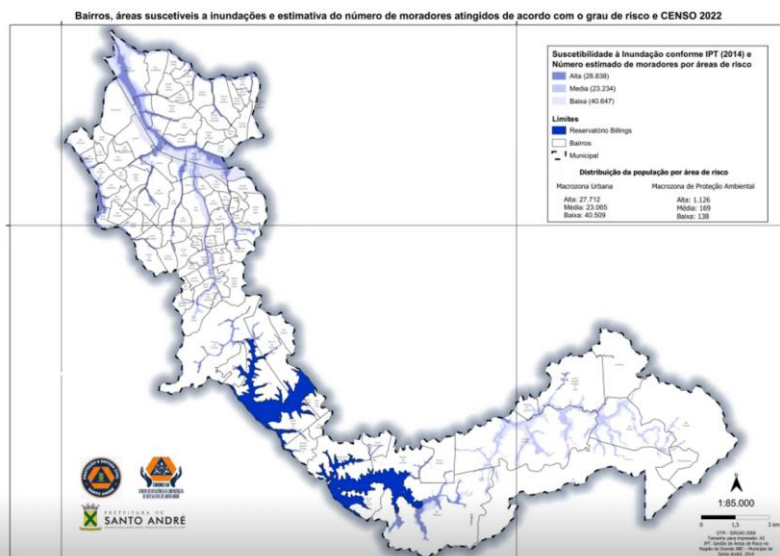


O clima não afeta todas as regiões da cidade da mesma forma



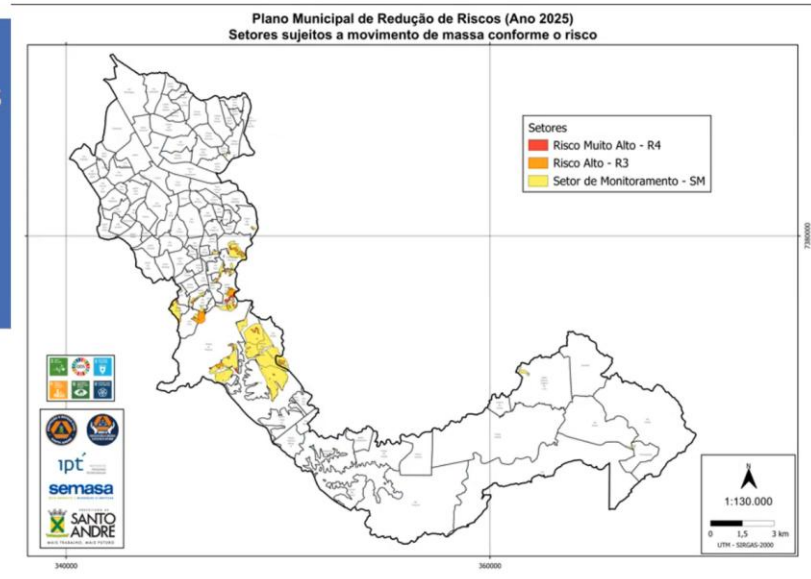
**Santo André:
vulnerabilidades
climáticas já
identificadas**

**O que os dados
nos mostram?**



Santo André: vulnerabilidades climáticas já identificadas

O que os dados
nos mostram?



Minuta do projeto de lei PMMC

Visão de futuro Santo André:

- Resiliente
- Inclusiva
- Sustentável
- Baixo carbono

portais.santoandre.sp.gov.br/semasa/institucional/santo-andre-pelo-clima/politica-municipal-de-mudanca-do-clima/consulta-publica-pmmc/

Maps Gmail Notícias Traduzir ScholarOne Manus...

Consulta pública PMMC

Consulta pública aberta

A minuta da Política Municipal sobre Mudança do Clima está disponível para consulta abaixo:



<https://portais.santoandre.sp.gov.br/semasa/institucional/santo-andre-pelo-clima/>



ESTRUTURA DA POLÍTICA CLIMÁTICA

A Política Municipal sobre Mudança do Clima está estruturada em 5 eixos estratégicos:

- Mitigação (redução de emissões)
- Adaptação e Resiliência
- Justiça Climática
- Transformação Ecológica
- Educação Ambiental, Ciência e Inovação



EIXOS PRINCIPAIS DA PMMC



ProAR: Inspeção de
Fumaça Preta (Semasa)
Usinas solares
andreenses (SMSU)



MITIGAÇÃO

Como diminuir as causas das mudanças do clima?

- Reduzir a poluição que aquece o planeta;
- Incentivar transportes mais sustentáveis e menos poluentes;
- Ampliar as áreas verdes;
- Produzir e consumir de forma mais responsável.

- A partir deste ponto da apresentação, Elaine (Convidada) solicitou que os participantes interessados em manifestar sua contribuição em relação ao eixo Mitigação se inscrevam pelo chat da reunião.



MITIGAÇÃO

Mobilidade mais sustentável

- incentivo a transportes de baixa emissão;
- ampliação da mobilidade ativa.

Energia mais limpa e eficiente

- estímulo às energias renováveis;
- edificações mais eficientes.

Menos desperdício e mais reciclagem

- fortalecimento da economia circular;
- valorização dos resíduos como recurso.



MITIGAÇÃO

Proteção das áreas verdes

- recuperação e ampliação dos sumidouros naturais de carbono.

Planejamento urbano alinhado à descarbonização

- metas progressivas de redução das emissões;

Instrumentos inovadores

- possibilidade de **criação de Zonas de Baixa Emissão**, baseadas em critérios técnicos e participação social.



EIXOS PRINCIPAIS DA PMMC



Rede Cidadã de
Monitoramento
Climático - Defesa
Civil e Canteiros
esponja - SMSU



ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA

Como proteger nossa cidade dos impactos que já estão acontecendo?

- Preparar Santo André para chuvas intensas;
- Reduzir riscos de enchentes e deslizamentos;
- Enfrentar as ondas de calor;
- Tornar a cidade mais resiliente.

- A partir deste ponto da apresentação, Elaine (Convidada) solicitou que os participantes interessados em manifestar sua contribuição em relação ao eixo Adaptação e Resiliência se inscrevam pelo chat da reunião.



ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA

Planejar a cidade para os riscos do futuro

- Atualização periódica dos mapas e planos de redução de riscos.

Usar a natureza como aliada

- Jardins de chuva, telhados verdes e infraestrutura verde;
- Recuperação de córregos e ampliação das áreas permeáveis.

Promover segurança hídrica

- Proteção dos mananciais e nascentes;
- Incentivo ao reuso e aproveitamento da água da chuva.



ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA

Fortalecer a prevenção e a resposta aos desastres

- Monitoramento e alerta precoce;
- Integração da Defesa Civil e fortalecimento dos NUPDECs.

Proteger a saúde e as populações mais vulneráveis

- Protocolos para ondas de calor e estiagens;
- Vigilância de doenças relacionadas ao clima;
- Prioridade a crianças, idosos, pessoas com deficiência e famílias em áreas de risco.



EIXOS PRINCIPAIS DA PMMC



Periferias Verdes
e Resilientes/
Moeda Verde
(SDUH, Semasa)



JUSTIÇA CLIMÁTICA

Como proteger quem mais sofre com os impactos das mudanças do clima?

- Priorizar territórios mais expostos aos riscos;
- Reduzir desigualdades;
- Garantir que ninguém fique para trás;
- Direcionar investimentos para quem mais precisa.

- A partir deste ponto da apresentação, Elaine (Convidada) solicitou que os participantes interessados em manifestar sua contribuição em relação ao eixo Justiça Climática se inscrevam pelo chat da reunião.



JUSTICA CLIMÁTICA

Identificar os territórios mais vulneráveis

- mapear áreas prioritárias para ação climática;
- direcionar investimentos onde os riscos são maiores.

Promover o direito à cidade

- incorporar a resiliência climática nas políticas habitacionais;
- priorizar famílias expostas a riscos socioambientais.

Fortalecer a inclusão social e a segurança alimentar

- integrar estratégias de economia circular;
- apoiar iniciativas que combinem redução de resíduos e combate à vulnerabilidade alimentar.



JUSTICA CLIMÁTICA

Garantir participação e diversidade

- ampliar a participação de mulheres e grupos historicamente sub-representados na governança climática;
- valorizar saberes tradicionais, ancestrais e populares.

Enfrentar desigualdades e injustiças climáticas

- identificar situações de racismo ambiental;
- fortalecer mecanismos de proteção e acesso às políticas públicas.



JUSTICA CLIMÁTICA

Inovações

- Índice de Vulnerabilidade Climática de Santo André (IVC-SA);
- Áreas Prioritárias de Ação Climática;
- Estratégia Municipal de Urbanização e Resiliência, articulando habitação, infraestrutura e adaptação;
- Diagnóstico municipal de racismo ambiental e injustiça climática, incorporando o recorte étnico-racial ao planejamento;

EIXOS PRINCIPAIS DA PMMC



Quintais
Verdes/
Monitoria
ambiental em
UCs. Semasa/
SMAMC



TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Como gerar oportunidade de trabalho e renda, valorizando nossos mananciais e recursos naturais?

- Incentivar empregos verdes;
- Valorizar os mananciais;
- Promover a economia circular;
- Buscar soluções mais sustentáveis

- A partir deste ponto da apresentação, Elaine (Convidada) solicitou que os participantes interessados em manifestar sua contribuição em relação ao eixo Transformação Ecológica se inscrevam pelo chat da reunião.



TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Fortalecer o desenvolvimento sustentável da Macrozona de Proteção Ambiental

- turismo sustentável e de base comunitária;
- agroecologia e sistemas agroflorestais;
- geração de trabalho e renda associada à conservação ambiental.

Transformar resíduos em oportunidades

- economia circular;
- valorização das cooperativas de reciclagem.

Promover a transição energética justa

- ampliação do acesso à energia limpa.



TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Utilizar o poder de compra do município

- compras públicas sustentáveis;
- fortalecimento da produção local.

Planejar uma cidade mais resiliente

- integração entre clima, uso do solo e desenvolvimento urbano.

Inovação

- Plano de Desenvolvimento Local Sustentável da Macrozona de Proteção Ambiental
- Inclusão da variável climática aos Estudos de Impacto de Vizinhança

EIXOS PRINCIPAIS DA PMMC



Educação
Ambiental
(Semasa, EMEA)



EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Como gerar conhecimento e mobilizar a sociedade para enfrentar os desafios do clima?

- Fortalecer a educação ambiental;
- Produzir e compartilhar informações;
- Incentivar a pesquisa e a inovação climática;
- Desenvolver soluções sustentáveis;
- Promover a participação social

- A partir deste ponto da apresentação, Elaine (Convidada) solicitou que os participantes interessados em manifestar sua contribuição em relação ao eixo Educação Ambiental, Ciência e Inovação se inscrevam pelo chat da reunião.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Fortalecer a educação ambiental para a ação climática

- integrar a temática climática às ações educativas formais e não formais;
- promover uma cultura de prevenção e resiliência.

Estimular a participação e o protagonismo social

- apoiar iniciativas comunitárias;
- incentivar a ciência cidadã e o monitoramento participativo.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Qualificar a atuação do poder público

- fortalecer a formação continuada dos servidores;
- incorporar práticas sustentáveis na administração municipal.

Produzir e compartilhar conhecimento

- apoiar pesquisas sobre vulnerabilidades e soluções climáticas;
- ampliar o acesso a dados e informações confiáveis.

Incentivar a inovação climática

- promover parcerias com universidades e centros de pesquisa;
- apoiar soluções tecnológicas e sociais voltadas à adaptação e mitigação.

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA

Instrumento	Para que serve?
Inventário Municipal de Emissões e Remoções de GEE	Identifica de onde vêm as emissões de GEE e orienta a definição de metas de redução.
Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas (ARVC)	Avalia os principais riscos climáticos do município e seus impactos sobre a população e a infraestrutura.
Índice de Vulnerabilidade Climática de Santo André (IVC-SA)	Identifica os territórios mais vulneráveis e orienta a priorização dos investimentos públicos.
Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)	Define metas, ações, responsabilidades e mecanismos de monitoramento para implementar a Política Climática.
Plano Municipal de Adaptação Climática	Organiza estratégias para aumentar a resiliência da cidade e proteger a população frente aos impactos climáticos.
Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)	Orienta a proteção e recuperação da Mata Atlântica , fortalecendo a segurança hídrica, a biodiversidade e a adaptação baseada em ecossistemas.

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA

Instrumento	O que significa na prática?	O que há de inovador?
Sistema Municipal de Informações e Monitoramento Climático (SMIC)	Reunirá, em um único sistema, dados sobre emissões, riscos climáticos, investimentos e execução das ações previstas na política.	Dados abertos e integrados , permitindo que qualquer cidadão acompanhe a implementação da política climática.
Orçamento Climático Municipal	Identificará quanto o Município investe em mitigação, adaptação e ações com co-benefícios climáticos.	Torna visível quanto do orçamento público está contribuindo para a agenda climática , aproximando planejamento e execução financeira.
FUMGESAN como instrumento financeiro	Possibilita o financiamento de programas e projetos climáticos utilizando estrutura já existente no Município.	Garante uma fonte institucional para apoiar a implementação da política climática .
Valorização de ativos ambientais e PSA	Permite reconhecer economicamente iniciativas de conservação e remoção de carbono.	Abre caminho para o desenvolvimento de mecanismos voluntários de geração de ativos ambientais , articulados ao Pagamento por Serviços Ambientais previsto no Plano Diretor.

GOVERNANÇA DA POLÍTICA CLIMÁTICA

Tema	O que significa na prática?	O que há de relevante/inovador?
Sistema Municipal de Governança Climática	Cria uma estrutura permanente para coordenar, implementar e avaliar a política climática.	A ação climática como política integrada e contínua .
Atuação intersetorial	Secretarias municipais, SEMASA e Comitê Intersecretarial atuarão de forma articulada.	Reforça que desafios climáticos exigem respostas integradas entre meio ambiente, saúde, mobilidade, habitação, defesa civil, educação, entre outras áreas.
Comitê Técnico-Científico	Especialistas apoiarão tecnicamente a tomada de decisão e a validação dos instrumentos climáticos.	Incorpora a ciência à governança , fortalecendo a qualidade técnica das decisões públicas.
Fórum Climático Municipal	Institui espaço permanente de diálogo entre governo e sociedade civil.	Amplia a participação social , incluindo academia, setor produtivo e populações vulneráveis.
COMUGESAN	Mantém o papel deliberativo e de controle social, inclusive sobre recursos do FUMGESAN.	Utiliza uma instância já consolidada no município, evitando a criação de novas estruturas burocráticas desnecessárias.

O QUE MUDA NA PRÁTICA?

A política climática passa a influenciar: Plano Diretor; habitação; mobilidade; saneamento; obras públicas; saúde; Defesa Civil; educação; desenvolvimento econômico; gestão ambiental; orçamento público.

A variável climática passa a fazer parte das decisões da cidade.



CONTRIBUIÇÕES COMUGESAN E CMPU - POLÍTICA CLIMÁTICA ANDREENSE



CONTRIBUIÇÕES COMUGESAN E CMPU - POLÍTICA CLIMÁTICA ANDREENSE

Falas dos participantes inscritos (até 2 minutos por participante inscrito)

02:00



Start Stop Reset

- Encerrada a primeira parte da exposição, Elaine (Convidada) abriu espaço para as manifestações da plenária, conforme ordem de inscrição no chat da reunião por eixo temático.
- Tânia Magali Santos (Povos e Comunidades Tradicionais) perguntou como estão estruturadas dentro do Projeto de Lei as ações de letramento ambiental e climático em escolas e unidades de saúde do município.
- Elaine (Convidada) frisou que, ao término de todas as manifestações, serão feitas as considerações e esclarecimentos por parte da equipe proponente da minuta. Passou a palavra para o conselheiro Guilherme Solci Madeira (CAU/SP).
- Guilherme (CAU/SP) comentou que, embora o PL estabeleça planos com metas e indicadores que vão favorecer de maneira estratégica – a curto, médio e longo prazo – o monitoramento e a gestão climática da cidade, faz-se necessário tornar os dispositivos legais, grosso modo, mais enfáticos, com a explicitação de como as ações da política serão efetivamente implementadas e definidas, em termos de prazo, para o seu rigoroso cumprimento.

- José Armando Rocha (Representante dos Moradores do Parque Andreense) comentou que, durante a realização de audiência pública da Política sobre Mudança do Clima na região do Parque Andreense, encaminhou-se um pedido de criação de um Fundo específico para a Macrozona de Proteção Ambiental. Referenciou os incisos III e XXXIV do artigo 6º, o artigo 65 e o artigo 44 da minuta do PL, sublinhando a necessidade de concentrar recursos e incentivos que promovam o desenvolvimento sustentável no Parque Andreense.
- Quanto às considerações da conselheira Tânia (Representante dos Povos e Comunidades Tradicionais), Elaine (Convidada) pontuou que dentro da esfera pública municipal há uma preocupação permanente em levar ações de educação ambiental a todos os tipos de público existentes na cidade, englobando a modalidade formal e não formal dos processos educativos. Destacou a atuação e o compromisso da Gerência de Educação e Mobilização Ambiental do SEMASA com o desenvolvimento de trabalhos voltados não só a unidades escolares, mas também a núcleos comunitários localizados em diversas partes do território. Comentou que há um projeto em fase inicial, denominado “Clima em Cena”, cujo objetivo consiste em promover, essencialmente, a conscientização sobre os impactos da mudança climática em comunidades expostas a riscos elevados de movimento de massa (deslizamentos de terra), utilizando como metodologia ferramentas de educomunicação, audiovisual e mapeamento participativo. Ressaltou que algumas iniciativas do Poder Público, realizadas em outros setores da Prefeitura de Santo André, também contribuem com a disseminação de princípios da educação ambiental, integrando-se, em certa medida, às bases da Política Municipal sobre Mudança do Clima, tais como o Programa Jornada Ecoagente da Escola Municipal de Educação Ambiental Parque Tangará – EMEA, que visa à formação de comunidades escolares mais conscientes e atuantes sob a ótica do desenvolvimento sustentável; as campanhas educativas de trânsito, organizadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana, com ações vinculadas ao eixo mitigação e o Circuito Andreense de Educação Ambiental, que possui em sua programação roteiros referentes a mudanças climáticas.

- Natalia de Amorim Soares (SEDUC/PMSA) comentou que a EMEA tem a função de consolidar a educação ambiental como matéria curricular nas escolas do município. Esclareceu que a Jornada Ecoagente – projeto mencionado pela convidada Elaine – apresenta, desde 2025, quatro eixos de atendimento: horta, compostagem, resíduos e mudanças climáticas.
- Eriane (DGA/SEMASA) salientou que, para a educação ambiental ser efetivada como política pública, é fundamental que todas as pastas do secretariado municipal alinhem um planejamento que vise à exploração de sua temática.
- Quanto às considerações do conselheiro Guilherme (CAU/SP), no que tange à incisividade do texto legal, Elaine (Convidada) afirmou que, antes de ser encaminhada ao legislativo, a minuta do PL passará por uma revisão final em que será verificada a possibilidade de ajustar a redação dos dispositivos, tornando mais patente a carga de obrigações do Poder Público para a execução das ações planejadas.
- Ressaltou que, nas disposições finais da minuta, foram estipulados prazos específicos para a regulamentação da Política e a elaboração de seus instrumentos. Acrescentou que, no momento, a equipe técnica está buscando parcerias para estruturar o Plano de Ação Climática, o Plano de Adaptação e o Plano de Enfrentamento ao Calor Extremo.
- Comentou que a minuta prevê, conforme disposto no artigo 120, a adesão do município a compromissos climáticos nacionais e internacionais. Nesse sentido, informou que o município de Santo André é signatário do Pacto Global pelo Clima e Energia, condição que impõe ao Poder Público a obrigação de manter seu inventário de gases de efeito estufa atualizado, construir metas de mitigação baseadas em dados científicos etc.
- Guilherme (CAU/SP) justificou a necessidade de estabelecer prazos para as ações da Política alegando que, desse modo, será possível garantir sua efetiva implementação, a despeito das transições de governo. Registrou no chat um resumo de seus apontamentos:

Guilherme Madeira 09/06 20:08

GM

Acho importante que a política e os respectivos planos estabeleçam, de forma objetiva, prazos, metas e responsabilidades para a realização dos diagnósticos, a identificação das necessidades e prioridades, o levantamento das ações já desenvolvidas pela Prefeitura, bem como dos programas e instrumentos existentes que possam ser utilizados.

Além disso, devem contemplar estimativas de custos, fontes de recursos, cronogramas de execução e a definição clara das ações a serem implementadas. Sem esses elementos, corre-se o risco de produzir apenas diretrizes genéricas baseadas em termos como "estimular", "incentivar", "apoiar" e "promover", sem compromissos concretos de implementação.

Uma política pública efetiva deve conter mecanismos que permitam seu acompanhamento e cobrança pela sociedade, inclusive com indicadores, evitando que se transforme em um documento meramente declaratório, destinado a permanecer sem execução prática.

- Quanto às considerações do conselheiro Armando (Representante dos Moradores do Parque Andreense), Elaine (Convidada) informou que constada minuta uma seção que vincula o Fundo Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental – FUMGESAN como fonte financiadora de programas, projetos e ações realizados no âmbito da Política. No entanto, frisou que a Lei Municipal nº 7733/1998, dispositivo que instituiu o FUMGESAN como instrumento da Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental de Santo André, será revista, oferecendo a oportunidade de debater, por meio de processo participativo, a viabilidade de implantação de um mecanismo legal capaz de angariar recursos voltados exclusivamente à Macrozona de Proteção Ambiental.
- Quanto à carência de investimentos no Parque Andreense, comentou que uma das soluções incorporadas à minuta, para direcionar ações e recursos socioambientais específicos à região e à Macrozona de Proteção Ambiental em geral, foi a criação do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável, fixado no artigo 66.
- Eriane (DGA/SEMASA) informou que, após a transferência dos serviços de água e esgoto para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, o SEMASA iniciou um processo de reestruturação hierárquica, tendo que reformular competências, procedimentos e tomadas de decisão. Acrescentou que a revisão da Lei nº 7733/1998 foi inserida como pauta de discussão interna para alinhamento técnico. Encerrada esta etapa, será montado um

cronogramade reuniões públicas e temáticas a fim de garantir o controle social em todo o processo reelaborativo da lei.

- Armando (Representante dos Moradores do Parque Andreense) reforçou que as instâncias municipais precisam reconhecer a representatividade do Parque Andreense, conferindo-lhe incentivos econômicos e olhares mais sensíveis quanto à sua problemática ambiental.
- Elaine (Convidada) comentou que, a pedido do conselheiro Guilherme (CAU/SP), as observações do chat foram registradas pela equipe responsável.
- Realizou a leitura do comentário registrado no chat pela conselheira Daniela Bergamini (Representante dos Moradores de Paranapiacaba):

Daniela Bergamini 09/06 20:09

DB Parabéns pelo trabalho! Concordo com o Guilherme.

- Disponibilizou no chat um link para registro de presença dos participantes e outro para avaliação da audiência on-line.
- Encerradas as contribuições da plenária, prosseguiu-se para a fase de encerramento do processo participativo.

Política Municipal sobre Mudança do Clima - E agora, o que vem pela frente?

Etapa	O que acontece	Quando (previsto)
1. Consulta e audiências públicas	A população lê e dá sugestões quanto à minuta	Até 18.06
2. Refinamento final da Minuta da lei	Reunião Técnica - Comitê de Mudanças Climática a análise jurídica final	julho
3. Câmara de Vereadores	Encaminhamento à Câmara e promulgação	julho - agosto



DIÁLOGOS QUE TRANSFORMAM

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
POLÍTICA MUNICIPAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

SANTO ANDRÉ CHAMA VOCÊ PARA UM DIÁLOGO IMPORTANTE!

A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA LEI MUNICIPAL PARA COMBATER A MUDANÇA DO CLIMA E SEUS EFEITOS.

EIXOS TEMÁTICOS

ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO
11 DE JUNHO, ÀS 18H
AUDITÓRIO HELENY GUARIBA - PRAÇA IV CENTENÁRIO - CENTRO

ADAPTAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA
13 DE JUNHO, ÀS 9H
PARQUE NATURAL DO PEDROSO - ESTRADA DO PEDROSO, 3000 - PARQUE MIAMI

JUSTIÇA CLIMÁTICA E TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA
13 DE JUNHO, ÀS 13H30
CESA CATA PRETA - ESTRADA DA CATA PRETA, 810

JUSTIÇA CLIMÁTICA E TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA
16 DE JUNHO, ÀS 18H
SUBPREFEITURA DE PARANAPIACABA E PARQUE ANDREENSE - RODOVIA INDO TIBIRIÇA, KM 39,5



Santo André pelo Clima

Política Municipal de Mudança de Clima (PMDC) | PMDC - Ofertas participativas e orçamentárias | Audiências Públicas

Consulta pública por lei

O Santo André pelo Clima se constitui de uma diretoria para a realização de ações que contribuam com a transformação ecológica do município, no meio do desenvolvimento sustentável. Ele também incentiva e potencializa iniciativas com esse propósito, com o objetivo sempre de fomentar a educação ambiental e sensibilizar a população sobre o impacto do nosso modo de agir para o agravamento das mudanças climáticas, bem como as consequências sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Divulguem e participem!
<https://portais.santoandre.sp.gov.br/semasa/institucao/nal/santo-andre-pelo-clima/>

- Realizou a leitura dos seguintes comentários registrados no chat pela conselheira Tânia (Representante dos Povos e Comunidades Tradicionais) e pela convidada Karla (CMPU):

Tania Magali Santos 09/06 20:17

TS

Gratidão pelas explicações e exposição. Awêry (Gratidão) pelo trabalho coletivo. São ideias para se adiar o fim do mundo 🍷

Karla Sanches 09/06 20:17

KS

Representando o Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU agradeço o convite e a excelente apresentação da minuta. Considero essa iniciativa de extrema importância e estamos à disposição para contribuir no debate e nas próximas etapas da Política Municipal sobre Mudança do Clima. Parabéns aos envolvidos! Karla Sanches - 1a Secretária CMPU - DDP/SDUH.



- Encerrada a última parte da exposição, Elaine (Convidada) agradeceu a contribuição de todos os presentes, deixando à disposição o e-mail institucional para o envio de questionamentos ou dúvidas a respeito dos trabalhos de elaboração da Política, bem como o link de acesso ao formulário virtual no chat para quem tiver interesse em encaminhar, até o dia 16 de junho de 2026, novas contribuições.

Elaine Colin Semasa - SMAMC 09/06 20:20 Traduzir | Nunca traduzir Inglês

ES

<https://portais.santoandre.sp.gov.br/semasa/institucional/santo-andre-pelo-clima/politica-municipal-de-mudanca-do-clima/consulta-publica-pmmc/>

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

- Não houve registro de encaminhamentos.

JUSTIFICATIVAS DE FALTAS

- Justificaram ausência nesta reunião: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego; Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC; Representante dos Moradores do Parque Miami, Jardim Riviera e Recreio da Borda do Campo; Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo; Centro Universitário Fundação Santo André; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santo André e Oito Elementos Sustentabilidade.

ENCERRAMENTO

- Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja memória, assim redigida e devidamente aprovada, deverá ser assinada por:

Eriane Justo Luiz Savóia
Secretária Executiva do Comugesan
Diretora do Departamento de Gestão Ambiental
SMAMC / SEMASA

Edinilson Ferreira dos Santos
Presidente do Comugesan
Secretário de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
SMAMC / SEMASA